

---

## Expedições geográficas e formação territorial no Espírito Santo (c. 1943)

*Expediciones geográficas y formación territorial en Espírito Santo (c. 1943)*

*Geographical expeditions and territorial formation in Espírito Santo (c. 1940)*

*Expéditions géographiques et formation territoriale dans Espírito Santo (c. 1940)*

**Carlo Eugênio Nogueira**

---



### Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/6133>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.6133

ISSN: 2316-7793

### Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

### Referência eletrônica

Carlo Eugênio Nogueira, «Expedições geográficas e formação territorial no Espírito Santo (c. 1943)», *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 13 | 2020, posto online no dia 06 novembro 2020, consultado o 26 janeiro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/6133> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.6133>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 26 janeiro 2021.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

---

# Expedições geográficas e formação territorial no Espírito Santo (c. 1943)

*Expediciones geográficas y formación territorial en Espírito Santo (c. 1943)*

*Geographical expeditions and territorial formation in Espírito Santo (c. 1940)*

*Expéditions géographiques et formation territoriale dans Espírito Santo (c. 1940)*

Carlo Eugênio Nogueira

---

## Introdução

- 1 No seu livro *A Geografia – isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, cujo título é tão citado quanto desconhecido o conteúdo do que nomina, Yves Lacoste formula uma crítica contundente ao estado da arte da geografia acadêmica no início dos anos de 1970. Para o geógrafo francês, haveria, na construção e na prática dos saberes geográficos engendrados até aquele momento, uma oposição entre a “geografia dos Estados-Maiores” e a “geografia dos professores”.
- 2 A primeira, de origem muito antiga e de caráter eminentemente estratégico, teria sido historicamente apropriada pelas minorias dirigentes e utilizada como instrumento de poder, servindo indistintamente aos projetos de poder de militares, estadistas e, no final do século XX, ao comando de grandes corporações internacionais. Já a segunda, surgida somente no último quartel do século XIX, teria como uma de suas funções “mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço” (Lacoste, 1988: 31), dissimulando a eficácia das análises espaciais como forma de exercício do poder e as transformando em um saber monopolizado que “é bem mais eficaz porque a maioria não dá nenhuma atenção a uma disciplina que lhe parece tão inútil” (Lacoste, 1988: 31).
- 3 Nos estudos de história da geografia produzidos no Brasil, Antônio Carlos Robert Moraes, em seu livro *Geografia, pequena história crítica*, talvez tenha sido o primeiro a

estabelecer diálogo com os escritos de Lacoste em uma visão sintética a respeito do desenvolvimento do campo disciplinar. Em resumo, Robert Moraes diz que a “geografia dos Estados-Maiores”, compreendida como as diversas estratégias de ação elaboradas ao longo da história como forma de dominação da superfície terrestre, se utiliza da suposta neutralidade da “geografia dos professores” para conseguir dados precisos sobre os lugares sem necessidade de indicar o uso que fará dessas informações. Desse modo, a oposição de Lacoste exporia o papel da denominada geografia tradicional “como instrumento de dominação da burguesia, dotado de alto potencial prático e ideológico, assim pondo a descoberto o seu caráter de classe” (Moraes, 1981: 115).

- 4 Nesse registro, a geografia teria exercido um papel central na execução dos projetos de poder do Estado, seja como técnica de intervenção no espaço, seja enquanto ideologia que justifica a tomada de certas escolhas políticas sob o véu da neutralidade científica. Como esperado, a estruturação do IBGE pelo governo Getúlio Vargas, durante o regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945), é sempre mencionada como modelo paradigmático dessa relação estabelecida entre o conhecimento geográfico, as classes dirigentes e o poder.
- 5 Tendo em vista o alcance dos escritos de Moraes como base para a idealização dos cursos de história do pensamento geográfico nas universidades brasileiras nos últimos 35 anos, parece lícito indicar que, com o passar dos anos, houve certa simplificação dos termos por ele expostos, o que culminou em uma apropriação vulgar da oposição posta por Lacoste nas interpretações correntes a respeito do processo de institucionalização da geografia acadêmica no país. No limite, generalizou-se o conteúdo elementar desse enquadramento para distintas situações, e praticamente todo movimento de criação de cursos superiores de geografia Brasil afora pôde ser compreendido, em si mesmo, como medida que comprovaria a ligação da geografia com os interesses do Estado. Em outras palavras, após a afirmação do caráter estratégico do conhecimento geográfico, e o reconhecimento da possibilidade de seu uso como instrumento de dominação, o surgimento de todo e qualquer curso universitário passou a ser visto, no Brasil, como prova cabal da centralidade da geografia para os negócios estatais.
- 6 Ora, a mera criação de cursos superiores de geografia não basta para comprovar o caráter estratégico do conhecimento geográfico para o Estado, tampouco sendo referência suficiente para elucidar os liames de indivíduos e instituições com posições políticas específicas ou certos projetos de poder. Dito de outro modo, em que pese a consolidação de uma renovada historiografia da geografia brasileira desde o final da década de 1990, há que se ressaltar a escassez de estudos empíricos dedicados a questionar a relevância do pensamento geográfico para a formulação e execução de políticas territoriais que conseguiram, com sucesso, imprimir uma nova feição ao território.
- 7 Nesse caso, restaria em aberto responder, para épocas e lugares determinados, como se deu a circulação dos saberes geográficos e seus produtores individuais e coletivos nas esferas decisórias politicamente mais influentes. Trocando em miúdos, tendo o processo de formação territorial do país como pano de fundo, vem a calhar indagações como: quais trabalhos produzidos pela geografia acadêmica auxiliaram na implementação de ações de modificação do território? Como agentes estatais, empresas (públicas ou não) e sujeitos privados se apropriaram, ao longo a história, do acervo de conhecimentos produzidos pelos cursos universitários e centros de pesquisas geográficas espalhados pelo país?

## Ideologias geográficas e políticas territoriais no Espírito Santo

- 8 Como hipótese, esse texto busca destramar em que medida as imagens construídas a respeito do rio Doce pelo grupo político que encabeçou o governo estadual entre 1930 e 1945 revelam o imaginário de conquista territorial presente em distintos momentos da história brasileira, inspiram a elaboração de políticas e participam do processo de formação do território do Espírito Santo. Em pormenor, ajusta-se a análise para a conjuntura regional da época em que as expedições geográficas ao norte do rio Doce foram organizadas, avaliando-se a relevância de tais expedições do CNG no processo de organização das práticas científicas a serem normalizadas e reproduzidas na afirmação do campo disciplinar.
- 9 Para tanto, remete-se a uma pesquisa, ainda em andamento, que pretende apreciar as expedições efetuadas por geógrafos do CNG ao vale do rio Doce, em seu trecho capixaba, ao longo dos anos de 1940.<sup>1</sup> A leitura dos relatos das diferentes expedições que tiveram a região norte do Espírito Santo como destino pode ser uma ferramenta útil na apreciação da maneira como alguns dos princípios contidos nas políticas de povoamento e integração econômica levadas a cabo pelo Estado brasileiro manifestaram-se regionalmente.
- 10 Em sua dimensão espacial, as políticas desenvolvidas no âmbito do governo que tinham em comum a finalidade da ocupação demográfica e econômica dos espaços qualificados como vazios agrupavam-se dentro do conjunto heterogêneo de ações governamentais que compunham o programa “Marcha para o oeste”. Tais ações davam corpo a um slogan derivado da estratégia geoeconômica de valorização dos sertões, prática intencional do regime que visava atrair a participação política de amplos setores da opinião pública. No geral, a “Marcha para o oeste” assentava-se numa proposta que combinava colonização agrária e industrialização, facilitando o exercício do “imperialismo brasileiro”, agente construtor da nação que faria coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas, e resolveria a diagnosticada fragilidade da unidade econômica e cultural do país:
- A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riqueza; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente (...). O imperialismo brasileiro consistia na expansão demográfica e econômica dentro do próprio país, que fazia a conquista de si mesmo e promovia a sua integração ao Estado, “tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país” (...). Eis o desafio que o Estado Novo lança para si mesmo: se o Estado é a extensão territorial do país; se o país encontra-se talhado em duas partes opostas – uma que produz, exporta manufaturas e capitais, a outra que os recebe e remete matéria-prima de volta – cabia, através do imperialismo interno, fazer com que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados, desfizessem o arquipélago e rearticulassem o país continental. (Lenharo, 1986: 18/23-24)
- 11 Descortina-se, pois, a existência de uma relação potencial entre o interesse do CNG em perscrutar o vale do Rio Doce ao longo da década de 1940, coligindo uma série de informações recolhidas diretamente no terreno, e a formatação das políticas territoriais que culminaram, entre outras, no início das operações da Companhia Vale

do Rio Doce (CVRD), em 1942, circunstância de importância reconhecida no processo de reestruturação do espaço espírito-santense. Quando menos, reconhece-se que o acervo de conhecimentos produzidos pelo CNG sobre o vale do rio Doce poderia expressar discursivamente a adequação, para a realidade capixaba, de um conjunto de ideologias geográficas bem ou mal relacionadas aos desígnios de desenvolvimento do país postos ao longo da Era Vargas (1930-1945).

- 12 No Espírito Santo, a conquista e colonização das terras localizadas no vale do rio Doce resultam de um projeto nascido no final do século XIX e que sobreviveu a diferentes governos nos Novecentos. Em termos materiais, a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), iniciada em 1902, marca uma mudança no movimento de apropriação das terras do norte capixaba. Quando alcança a cidade de Colatina, às margens do rio Doce, em 1906, a EFVM auxilia na consolidação de núcleos fixos de ocupação a partir dos quais vão se originar diversos fluxos em direção ao norte e noroeste do estado. De fato, os povoados surgidos das estações da EFVM, posteriormente encampada pela CVRD, foram as grandes armas utilizadas pelos governos espírito-santense e mineiro na tomada das terras indígenas da região, o que somente se efetivou, depois de séculos de resistência, ao longo da segunda metade do século XX.
- 13 No Espírito Santo, os anos de 1940 marcam o início de um período qualificado comumente como o tempo da crise do café. Nesse momento, a economia capixaba permanecia vinculada à atividade cafeeira, caracterizando-se por seu caráter primário-exportador, por sua inserção subordinada no cenário econômico nacional (Bittencourt, 2006) e pelos intensos processos de transferências geográficas de valor (Moraes, 2011), sobretudo em direção ao Rio de Janeiro (Faleiros, 2010).
- 14 De modo mais preciso, é possível identificar o período varguista com a gênese de um movimento de transição no padrão de acumulação da economia espírito-santense, que paulatinamente perde seu caráter agrário-exportador. Nessa época, que assiste ao nascimento de um ideário desenvolvimentista (Daré, 2010), inicia-se a construção de uma infraestrutura que irá permitir, a partir dos anos 1960, a ancoragem das atividades econômicas em uma base cada vez mais urbano-industrial (Rocha e Morandi, 1991):  

O Espírito Santo, portanto, a exemplo do Brasil até as primeiras décadas do século XX, desenvolveu uma economia primário-exportadora cuja variável determinante de crescimento estava dada pelas exportações de seu principal produto, ou seja, a dinâmica desta economia e os aumentos da renda advindos de sua atividade nuclear estavam exogenamente determinados pela variação dos preços do café no mercado internacional. No entanto, dado o caráter de produtor marginal, nem mesmo indiretamente, através do controle de oferta, o Espírito Santo poderia interferir no preço de seu principal produto, ficando entregue a própria sorte, ou pior, às flutuações do preço no mercado internacional (...). Se não gerou estímulos para uma diversificação agrícola e industrial, e apesar de a economia cafeeira não ter fomentado as condições para o aprofundamento da divisão social do trabalho, foi ela o principal vetor de crescimento da economia do Espírito Santo e seu mais importante elemento de organização territorial, até meados do século XX. Isto contribuiu para a construção da base material e o desenho espacial sobre o qual se daria a diversificação promovida pelo crescimento da indústria e dos serviços a partir da década de 1960, quando se criaram alternativas para superar a dependência secular do café. (Macedo, 2013: 29-30)
- 15 A construção de uma nação moderna (Ianni, 1992), objetivo básico colocado pelo Estado brasileiro na elaboração das políticas de desenvolvimento territorial implementadas ao

longo do século XX, envolvia as respostas dadas às crises econômicas vivenciadas pelo país. Para compreendê-las, seria importante visualizar a forma como o Estado considerava as possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, pois o avanço da sociedade brasileira sobre seus fundos territoriais era uma ação não raro apontada como o principal meio de saída de situações de atraso e subdesenvolvimento econômico (Moraes, 2011):

Visto em perspectiva histórica ampla, o Brasil parece um arquipélago. As suas diversidades sociais, econômicas, políticas e culturais, com frequência expressas em termos locais, estaduais, raciais e outros, fazem com que o país dê a impressão de um arquipélago que se forma e transforma ao longo do tempo. Daí a impressão de que periodicamente busca novos arranjos, encontra outras dispersões. Os movimentos no sentido da integração parecem atravessados pelos movimentos no sentido da dispersão. Tem-se a impressão de que as mesmas forças germinam tendências contraditórias, não só divergentes, mas frequentemente opostas. Essa é uma história antiga. O tema da integração e dispersão atravessa a realidade e o pensamento brasileiros. Em dadas ocasiões, ele se põe de novo, umas vezes em termos bem diversos dos anteriores, outras com ingredientes antigos (...). Por isso, o Brasil dá a impressão de um país em busca de uma fisionomia. (Ianni, 1992: 159-160)

- 16 A imagem do Brasil como um país em permanente transformação, arquipélago dilacerado por forças contraditórias, permite que imaginemos, do ponto de vista territorial, que a busca por uma fisionomia sugerida por Otávio Ianni seja compreendida como uma corruptela do imperativo da conquista que marca o processo da formação brasileira desde o berço (Moraes, 2002). Especificamente, entende-se a formação territorial como um processo que relaciona a produção material do espaço, resultado de sua valorização mediada pelo trabalho, com a elaboração de imagens que visam promover diferentes estratégias de ocupação territorial (Moraes, 2014). Nesse sentido, ao tratarmos do tema da consciência e representação do espaço, vemos surgir diferentes níveis de abordagem que contrapõem o pensamento geográfico, construção que tenta abarcar como um todo as formulações e discursos do saber culto sobre o espaço, as ideologias geográficas, vistas como concepções politicamente orientadas do espaço, discursos que explicitamente embasam as ações que perseguem a produção e transformação do espaço material em uma dada direção:

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo destas ideologias implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política. (Moraes, 1988: 44)

- 17 Sendo assim, podemos distinguir, dentre as atividades do Estado, as políticas públicas gerais, que concebem o território como mero suporte para a execução de ações, das políticas territoriais, que envolvem uma ideação intencional e explícita acerca do espaço nacional (Costa, 1988). As políticas territoriais caracterizam-se-iam, destarte, por assumirem a forma de estratégias de intervenção política executadas ao nível da estrutura territorial, comportando um programa de governo bem definido e demandando o desenvolvimento de mecanismos capazes de viabilizar os planos e metas a serem alcançados.
- 18 Em tese, toda vez que o Estado modifica os nexos de solidariedade espacial estabelecidos regionalmente, alterando de forma deliberada a localização dos objetos

dentro de um território, essa ação se dá fundamentada em uma concepção clara daquilo que os setores sociais que orbitam as cadeias de comando do aparato estatal definem como “espaço nacional”. A análise dessa concepção específica do espaço nacional, que passa de algum modo a informar os objetivos projetados para a nova geografia material que se quer implantar, auxilia a revelar aspectos das modulações histórico-culturais presentes na maneira como os sujeitos percebem, compreendem e representam espacialmente uma determinada realidade.

- 19 Afinal, no jogo pelo controle do poder político, a elaboração ideal de uma dada imagem acerca do território nunca consegue monopolizar completamente o imaginário social, só realizando-se plenamente enquanto ideologia geográfica quando efetivamente se materializa em ações concretas de produção e valorização do espaço. Em outras palavras, é somente na execução das políticas territoriais que tentam replicar no terreno os pressupostos teóricos e os diagnósticos práticos nos quais tal concepção sobre o território se apoia que a finalidade da ideologia geográfica se consuma por completo.
- 20 Por isso, de um ponto de vista estritamente operacional, as noções de política territorial e ideologia geográfica têm seu alcance explicativo expandido quando empregados em conjunto na análise de uma situação histórica concreta. A depender da circunstância examinada, pode-se selecionar preferencialmente, dentre o amplo espectro de registros do pensamento geográfico que podem ser considerados como ideologias geográficas, aqueles que mais diretamente embasaram, teórica ou praticamente, a elaboração e execução de políticas territoriais que transformaram de modo determinante a geografia material da realidade considerada. Nessa operação, a análise transitaria do plano cultural e simbólico das ideologias geográficas para o mundo concreto das políticas territoriais. Logo, o uso integrado do par ideologias geográficas/políticas territoriais torna-se uma ferramenta analítica eficaz no exame das disputas ocorridas entre as distintas forças políticas atuantes em um dado recorte espaço-temporal, amenizando o tom oficialista que, via de regra, envolve a análise da formação territorial dentro do temário tradicional da geografia política.
- 21 Fazendo um ajuste de foco para a proposta de efetuar um estudo sobre o processo de formação territorial do Espírito Santo na primeira metade do século XX, parte-se do pressuposto de que os trabalhos surgidos a partir das expedições efetuadas pelos geógrafos do CNG ao norte do rio Doce podem ser entendidos como manifestações de algumas das ideologias geográficas generalizadas no pensamento político-social brasileiro da época, revelando a adequação do imaginário espacial difundido pelo governo central à realidade regional. O que ainda permaneceria em aberto, dado o caráter inicial da pesquisa em que se fundamenta esse texto, seria a real participação do conhecimento geográfico produzido pelas expedições geográficas na fundamentação das políticas territoriais que promoveram modificações substantivas na geografia material do Espírito Santo.
- 22 Para esboçar uma resposta a respeito do contexto no qual se inseria a organização das expedições de campo do CNG, seria fundamental fazer referência ao modo como a questão da necessidade de integração do território, verdadeiro *leitmotiv* do Estado Novo, foi recebida, apropriada e difundida em terras capixabas. A dominação dos espaços vazios, ideologia geográfica que via a ocupação produtiva de terras como pressuposto do desenvolvimento nacional, colocava a exploração racional do território pela via do planejamento dirigido como corolário do projeto estatal de reestruturação da economia



e da sociedade brasileiras. O objetivo seria enaltecer a capacidade humana de ação teleológica sobre o espaço, isto é, a intencionalidade da criação de uma nova organização geográfica, o que facultaria aos propagandistas oficiais amplamente subvencionados pelos órgãos oficiais de cultura do regime varguista converter as migrações interiores e a conquista de terras numa obrigação patriótica continuamente reposta.

- 23 No Espírito Santo, as imagens construídas a respeito do norte do rio Doce não se distanciam sobremaneira dos conceitos de base espacial utilizados para classificar as terras do interior profundo do país. Termos como “sertão”, “fronteira” e “espaço vazio” eram fartamente empregados. Como sóia ocorrer, a tipificação dos lugares só se completava com a caracterização estereotipada dos habitantes – indígenas ou não – que porventura lá já estivessem. Essa população, invariavelmente alcunhada de “bárbara” e “selvagem”, seria a portadora de todos os signos doentios do atraso que se queria superar. Caso paradigmático, o uso do epíteto “sertões do rio Doce”, herdado dos tempos da Colônia e do Império, sobrevivia na primeira metade do século XX nos discursos e textos de governantes e instituições culturais, estabelecendo nítido traço de similaridade entre o norte capixaba e outras tantas áreas do país oportunamente qualificadas como “sertanejas”.
- 24 Exemplo representativo dessa forma de apreender e representar o espaço pode ser encontrado no livro de memórias de Ceciliano Abel de Almeida (1978), lançado originalmente em 1956, “O desbravamento das selvas do rio Doce”. Engenheiro envolvido diretamente nos trabalhos de construção da ferrovia Vitória-Minas, Ceciliano, natural de São Mateus, considera a chegada dos trilhos como símbolo do fim do atraso da região. Em seu relato, a presença indígena e a floresta intransponível eram ainda as características dominantes, e o norte do rio Doce continuava a ser descrito de forma muito similar ao que, no XIX, haviam feito Sait-Hilaire, Hartt, Steains, Maximilliano de Neuwied, a Princesa Teresa da Baviera ou o Imperador D. Pedro II (Rocha, 1971).
- 25 Para avaliar a permanência dessa imagem, utiliza-se aqui como fonte um conjunto de discursos de Jones dos Santos Neves (1901-1973) proferidos em 1943. Interventor federal (1943-1945), senador (1947-1951) e governador eleito (1951 e 1955), Santos Neves é um dos mais eloquentes representantes do nacional-desenvolvimentismo no Espírito Santo, sendo, por isso, um expressivo interlocutor do ideário varguista em terras capixabas. Do ponto de vista de sua filiação ideológica, Santos Neves aproxima-se dos próceres do reformismo autoritário de traços nacionalistas dominante no período (Achiamé, 2010). Em seu discurso, é possível notar uma preocupação constante em sincronizar os eventos que ocorriam no Espírito Santo com o ritmo do desenvolvimento econômico projetado pelo governo central para o país.

## O sentido sul-norte da “Marcha para o oeste” capixaba

- 26 De maneira simplificada, nas primeiras décadas do século XX a configuração territorial espírito-santense poderia ser caracterizada pela presença de três cidades que polarizavam, cada qual, grandes áreas de influência. Ao sul, Cachoeiro do Itapemirim, principal centro econômico do estado até 1920, comandava uma estrutura de negócios ligados ao café nos vales do Itabapoana e do Itapemirim, conectando-se por ferrovia com o porto do Rio de Janeiro, que drenava parte do valor ali produzido. Ao centro,



Vitória exercia inegável polarização na região serrana onde foram introduzidos imigrantes estrangeiros ainda no XIX. Porém, somente após a década de 1940, com a criação da CVRD e as melhorias efetuadas no complexo ferrovia-porto, a capital vai consolidando sua centralidade e atraindo para si importantes fluxos de mercadorias, capitais e pessoas. Por fim, ao norte, capitaneada pela cidade de Colatina, a produção de café efetuada a partir da conquista de novas terras e da imigração de elementos nacionais e estrangeiros suplanta, nos anos 1930, a tradicional produção centrada em Cachoeiro, tornando-se o novo eixo econômico do estado:

Esse quadro de transformações internas refletia a importância crescente da cidade de Vitória, cujo porto e ferrovia da CVRD permitiram-lhe ampliar seu raio de influência para além da região serrana do estado – área cafeeira que lhe foi tradicionalmente tributária –, capturando progressivamente todo o território capixaba como sua hinterlândia imediata. Com isso, o eixo econômico e também político desloca-se do sul do estado, mais especificamente da área de influência de Cachoeiro do Itapemirim, direcionando-se para Vitória (...). Além dos efeitos aglomerativos do porto e da ferrovia, os investimentos em infraestrutura rodoviária aumentaram a centralidade da capital, ampliando sua influência sobre o interior do estado. (Macedo, 2013: 37-38)

- 27 Em relação ao interesse na apropriação das terras ao norte do rio Doce, poder-se-ia citar a articulação de alguns elementos. Primeiramente, conforme notado por Geiger (1951), que visitou pessoalmente a região, após a construção da EFVM e o início do povoamento para além de Colatina, a exploração da madeira, com a instalação de inúmeras serrarias, tornou-se uma atividade extremamente lucrativa. A derrubada da floresta, que precedia o surgimento dos pastos, gerava grande interesse no imenso estoque de terras devolutas ou habitadas por indígenas, ambas consideradas disponíveis. Ademais, há que se notar o encontro de três diferentes frentes de expansão: uma vinda da Bahia, dinamizada pelo cacau; outra ligada à expansão do povoamento de Minas Gerais em direção ao leste, aguçada com o desenvolvimento da exploração do aço e do complexo siderúrgico; e, por fim, uma terceira vinda do Espírito Santo, baseada no café e acentuada pela política oficial de colonização do governo estadual no final dos anos 1920. A confluência desses fatores está na raiz das diversas disputas fronteiriças havidas na região. Afora as seculares disputas com os indígenas, pode-se dizer que o embate ocorrido entre Minas Gerais e Espírito Santo pela posse da chamada região do Contestado, originada pela dúvida a respeito da extensão e limites da Serra dos Aimorés, foi o conflito mais duradouro. Iniciada ainda no século XIX, a questão lindeira mineiro-capixaba quase descambou para um enlace bélico, tendo sido resolvida apenas em 1963.
- 28 Entre o último quartel do XIX e meados do século XX, o Espírito Santo travou disputas fronteiriças com Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No caso do embate com os mineiros, que disputaram jurisdição em praticamente toda a extensão de suas fronteiras compartilhadas com os capixabas, o início da contenda das terras no entorno do vale do rio Doce remete ao início da República. Em 1905, definiu-se a serra dos Aimorés como marco dos limites, mas não se obteve sucesso em sua identificação diretamente no terreno. O avanço da ocupação em ambos os estados levou a uma nova tentativa de definição da dita serra em 1911. Em vista da discórdia permanente a respeito dos divisores d'água e linhas de continuidade da serra, levou-se a questão ao Supremo Tribunal Federal (STF), que apresentou uma solução em 1914. O STF, em laudo arbitral informado por trabalhos topográficos de campo – dos quais, inclusive, tomou

parte Ceciliano Abel de Almeida –, ratificou as “linhas de cumeadas” da serra como balizas dos limites a serem demarcados.

- 29 Sendo rejeitado por ambas as partes, o laudo do STF serviu de base para que, em 1940, o Serviço Geográfico do Exército (SGE), incumbido pela Constituição de 1937, tentasse uma vez mais por fim à questão. A solução proposta pelo SGE, que levou em conta os aspectos históricos, geográficos e jurisdicionais anteriormente comprovados, mantinha a serra dos Aimorés como principal linha e referência da demarcação dos limites. Aprovada pelo presidente Getúlio Vargas, em 1945, no Decreto-Lei 7.840, a proposta não chegou a ser acatada nem demarcada pelas partes. Resta evidente, portanto, a relevância que o controle das terras ao norte do rio Doce ganhava para a classe política espírito-santense no início dos anos 1940.
- 30 Durante o período varguista, apenas duas pessoas foram nomeadas para o comando do estado. Inicialmente, o capitão João Punaro Bley (1900-1983), chefe do governo espírito-santense entre 1930 e 1943, foi o nome escolhido para a interventoria em meio a uma forte disputa entre diversas facções da antiga oligarquia capixaba, historicamente ligada à economia cafeeira. Como modo de acomodar os interesses em disputa, o reformismo autoritário de Bley: “concebido, no plano estadual, como forma de acompanhar as políticas públicas que se executavam nesses anos a partir de diretrizes emanadas do governo federal” (Achiamé, 2010: 91), privilegiou exatamente as demandas dos setores sociais envolvidos na exportação e comercialização do café, que durante a II Guerra experimentou um aumento exponencial de seus preços no mercado internacional.
- 31 Além disso, em seu governo, consoante ao que ocorria no restante do país, houve um incentivo à diversificação e à introdução de melhorias técnicas na produção agrícola. O esforço na aquisição de máquinas e implementos é digno de nota, bem como a construção de um aparato técnico capaz de dinamizar a atividade em novas bases, com a criação da Escola de Prática Agrícola de Santa Tereza (1940) e a organização do Instituto de Crédito Agrícola (1935), antecessor do Banco do Estado do Espírito Santo, o Banestes.
- 32 Santos Neves, que substituiu Bley no comando do governo estadual, deu continuidade às reformas autoritárias de cunho modernizantes que estavam em andamento, com destaque para o aparelhamento do porto, a expansão de ferrovias e rodovias que demandavam a capital e a consolidação das atividades da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), fundada em 1942. Contudo, se Santos Neves aprofundou certos aspectos das políticas propagadas até o momento, a fisionomia política do Espírito Santo continuou caracterizada, até 1945, pela devoção de seus dirigentes à cartilha ditada a partir do Rio de Janeiro.
- 33 A utilização da ciência e da técnica como auxiliares no delineamento das políticas de fomento à produção agrícola e à industrialização é uma das marcas da atuação de Jones dos Santos Neves. É o que se pode notar em um discurso feito no município de São Mateus, sua terra natal, em 1943, intitulado “O rio Doce na comunhão econômica do Espírito Santo”. Ali, Santos Neves compõe para o estado uma imagem que irá perdurar por décadas. Tal como ocorria no país, no Espírito Santo também haveria uma cisão a dividir o estado em dois. Porém, se em escala nacional era possível identificar uma separação entre o Brasil do leste litorâneo, urbanizado, industrial e dinâmico, e o Brasil dos sertões do poente, rico em recursos naturais, mas habitado por uma população atrasada e letárgica, incapaz de explorar o que a natureza lhe havia concedido, em

terras capixabas haveria uma separação entre o sul e o norte. Desse modo, emulando o espírito da “Marcha para o oeste”, que levaria ao interior do país o progresso e o dinamismo do litoral, no Espírito Santo, a colonização redentora far-se-ia no sentido sul-norte, avançando sobre as margens ainda incultas do rio Doce:

Um simples relance ao mapa do Espírito Santo, e se descortina, de logo, o panorama nítido e insofismável de uma retalhação definitiva. A parte sul do “grande rio” povoada, enriquecida, próspera e satisfeita, vive a epopeia triunfal de um trabalho fecundo e progressista, enquanto, do lado oposto, uma população esparsa, desprotegida, inerte e sem conforto contempla, na passividade de uma resignação sem esperança, o drama angustiante do seu abandono. O Espírito Santo, como o Brasil, não cresceu igual. Há mesmo uma semelhança evidente na marcha ascensional da civilização de ambos, com se o pequeno estado procurasse amoldar-se à silhueta do imenso País, a copiar, assim, a grande Federação (...). O surto de progresso que segue rota vertical, partindo do sul, amortece e declina ao abeirar-se do rio Doce, como se receasse vadeá-lo. E surgem, dentro dos limites de nossa fronteira, duas fisionomias diversas, duas estruturas econômicas opostas. É o sul que termina e o norte que começa. Lá, as chaminés fumegantes das indústrias, o esforço colonizador intensivo, a produção variada e crescente, os transportes e comunicação rápidas e fáceis; aqui, o primitivismo rude de uma raça forte a bracejar, indômita, contra a virgindade agressiva do solo, mourejando ao sol ardente, investindo sobre a floresta densa e intransponível, violando a selva bruta e inóspita, transpondo rios e percorrendo pântanos. O mesmo sentido heroico das bandeiras de outrora freme e palpita no ímpeto desbravador dos povoadores deste solo e a mesma seiva ardente de vida, herança de antepassados audazes, pulsa e lateja nas artérias moças da gente mateense, pioneira do progresso e sentinela avançada da civilização no extremo norte do Espírito Santo. (Neves, 2002: 47-48)

- 34 No trecho destacado, os argumentos utilizados para caracterizar a realidade espírito-santense trazem um aspecto de luta entre homem e natureza que é habitual a certas correntes do pensamento político-social do período. Em mais de um momento percebe-se na fala um incontido culto nostálgico à figura do desbravador isolado lutando sozinho contra as agruras do meio e a ameaça dos povos indígenas. Encontra-se, inclusive, referências textuais ao “sentido heroico das bandeiras de outrora”, de quem os povoadores e colonizadores dos anos 1940 teriam herdado o ímpeto desbravador, num movimento que não é de todo estranho ao pensamento geográfico, mormente se temos em mente as pesquisas sobre a expansão territorial do café efetuadas por Pierre Monbeig em São Paulo (Nogueira, 2013).
- 35 Com efeito, há, dentro do pensamento político-social brasileiro, uma argumentação construída sobre o critério espacial-geográfico que foi manuseada como eixo de uma tipologia do caráter nacional (Velloso, 1990). Em tal argumentação, a tentativa de aproximar os pioneiros americanos dos bandeirantes luso-brasileiros, reinterpretando suas ações para forjar um mito que reforça o caráter nacional da expansão territorial por eles engendrada, ganha no século XX uma versão atualizada (Oliveira, 2000). Nesse registro, os fazendeiros paulistas que estavam à testa da expansão do café iniciada no XIX, considerados os herdeiros diretos do legado bandeirante, poderiam sem prejuízo ser chamados de “novos bandeirantes”. Por meio das cidades que fundavam e das fazendas que abriam, esses fazendeiros e seus prepostos, não por acaso integrantes da elite econômica e política do estado de São Paulo, eram compreendidos como agentes ativos da modernidade. Em seu movimento expansivo, punham-se a conquistar terras “vazias” para o Estado brasileiro, levando a economia da nova civilização industrial aos longínquos sertões indevassados do território nacional.

- 36 A adaptação dos termos básicos dessa interpretação para a realidade capixaba não surpreende caso se leve em conta que o aumento dos preços do café impulsionou, no norte do Espírito Santo, a conquista de terras feitas a partir de uma atividade agrária de fins eminentemente comerciais desde meados dos anos de 1930. Inclusive, em mais uma possível aproximação com os argumentos manejados pelos propagandistas do regime, ao final dos anos 1940, alguns geógrafos que estudaram o vale do rio Doce identificaram a existência de uma “zona pioneira” em pleno funcionamento (Egler, 1951; Geiger, 1951; Waibel, 1979), legitimando a apropriação local da mitologia bandeirante transfigurada em ação patriótica de conquista de terras consideradas vazias, tal como previsto na “Marcha para o oeste”:

Durante muitos anos pelejou o povo desta terra – que também é minha – isolado e sozinho, o rude combate contra a natureza hostil. Pelas quebradas das montanhas, como nos brejais paludosos das planícies, muitos fortes sucumbiram na ânsia febricitante da conquista. Outros, porém, empunhavam o bastão e retomavam a marcha interrompida, no louco afã de suprimir os espaços vazios mal delineados ainda nas cartas geográficas (...). Norteados agora pela bússola infalível do Estado Nacional, redobrarão os nordestinos do Espírito Santo a acometida audaz de vencer a distância e dilatar a esfera da civilização. Mesmo porque, em seu ânimo aventureiro, já antessentiam sua missão histórica (...). O esforço colonizador, porém, apenas começa. Sentimos a necessidade de, no Espírito Santo, acompanhar o Brasil, uno e indivisível, sob a alta inspiração de um só Chefe. A transmigração intensiva no sentido sul-norte, que se observa hoje para o milagre da renascença amazônica, deve servir de paradigma para o Espírito Santo. Precisamos criar também o “espaço social” dentro do “espaço político” delimitado pelas fronteiras do nosso estado. A *mise-em-valeur* desta extensa área, que representa quase precisamente a metade do nosso território, não pode mais ser protelada. (...). É dever indeclinável dos órgãos administrativos do estado integrar, definitivamente, o norte do rio Doce na comunhão econômica do Espírito Santo. Abrindo estradas, fomentando a produção, restabelecendo uma recolonização mais intensa, valorizando o elemento humano, provendo as suas necessidades e estimulando, enfim, o seu progresso. (Neves, 2002: 48-49)

- 37 Como resta evidente, alguns dos pontos que caracterizavam a “Marcha para o oeste”, como o anseio de fazer “dilatar a esfera da civilização” pela colonização de terras vazias, surgem aqui ajustados à realidade capixaba. Em mais de um momento, a menção à liderança de Getúlio Vargas e o elogio ao comando centralizado do Estado nacional no ditame das políticas de desenvolvimento desnuda a adesão de Santos Neves à autoridade exercida pelo governo central. Contudo, não se pode refutar que essa estratégia discursiva poderia ser bem sucedida também para outros objetivos, uma vez que se recorria ao poder de atração da figura do presidente como forma de reforçar a própria posição de mando na esfera local.
- 38 Ainda em 1943, na cidade de Colatina, outros pontos constantes nos objetivos do programa “Marcha para o oeste”, como a associação entre desenvolvimento agrícola e industrialização, ficam patentes em sua exposição. Chama a atenção, em dado momento, a citação ao encaminhamento de um “Plano de Fomento da Produção”, que teria o objetivo de estimular a produção de alimentos para prover a futura necessidade de abastecimento dos “10.000 a 15.000 trabalhadores” que seriam deslocados para a região nos “trabalhos de reconstrução rodoviária de todo leito da Companhia Vale do Rio Doce” (Neves, 2002: 52).

Colatina, situada geograficamente no ponto mais central do Espírito Santo, é bem o coração que pulsa e lateja impulsionando o sangue do progresso pelas artérias moças das estradas recém-abertas da região. Para o norte se estendem em leques

suas rodovias, vadeando rios e acometendo a selva inóspita na ânsia desbravadora da conquista; para o sul se encaminham elas, escalando montes e rompendo escarpas, pela rota ascensional do vale Canaã – a terra da promessa – no justificado afã de procurar o caminho do mar aberto. E o simples enunciar dessa urdidura do seu sistema rodoviário põe de manifesto a importância vital desta célula administrativa no metabolismo econômico do todo orgânico espírito-santense. Das terras dadivosas e ferazes da zona norte do rio Doce deve brotar a produção variada e intensa a se encaminhar, em corrente caudalosa e contínua, buscando o porto exportador da nossa capital. (...) com as pesadas e espinhosas responsabilidades de Interventor no estado, sinto-me no dever de conclamar a todos para a incruenta “Batalha da Produção”. Adotemos, senhores, as corajosas palavras do Presidente Roosevelt, adaptando-as aqui ao setor da produção rural, sob a guarda inviolável de vosso patriotismo e do vosso fecundo labor: “Precisamos produzir mais e mais, e haveremos de produzir muito mais” (...). Atravessamos, não há dúvida, um momento de profunda transformação da nossa estrutura econômica (...). Mercê do precioso auxílio da nobre nação americana, rolarão, dentro em breve, por este caminho, buscando o mar, as imensas riquezas da opulenta região mineira, e uma soma imprevisível de novas riquezas surgirá aqui, graças a comunhão de interesses que ditaram as condições basilares dos acordos de Washington. Far-se-á a valorização sanitária do homem e se conquistará a recuperação econômica de extensas áreas, antes desaproveitadas e inúteis. (Neves, 2002: 51-52)

- 39 Novamente, a recuperação econômica a ser realizada pela diversificação da produção ia pouco a pouco amansando a ferocidade das florestas do norte do rio Doce, e colhendo os frutos de uma terra dadivosa. A definição da sociedade como um organismo, do qual cada cidade (ou região) seria uma célula, emprega uma imagem que, desde ao menos as viagens dos médicos e sanitaristas ao interior do país, no início do XX, era recorrente no pensamento político-social brasileiro (Lima, 1999). Ademais, a menção aos acordos do governo brasileiro com os Aliados durante a II Guerra, que estão na origem da fundação da CVRD, confere à conquista e colonização das terras do vale do rio Doce um indisfarçável aspecto geopolítico. Nos discursos de Santos Neves, o processo de valorização do espaço no norte capixaba torna-se parte integrante do esforço de guerra. Missão patriótica executada pela população, mas guiada pela mão forte do governo, a exportação de ferro e a produção de alimentos eram concebidas como uma espécie de sacrifício que a sociedade espírito-santense se dispunha a fazer pela construção do território e o desenvolvimento país.
- 40 Deixando claro que a superação da natureza hostil do norte capixaba e sua conquista pela técnica seria condição inescapável para a definitiva integração do Espírito Santo ao espaço econômico nacional, remete-se mais uma vez a Colatina. Durante ato de inauguração da pavimentação de concreto da ponte sobre o rio Doce, Santos Neves discorre sobre o tema em palestra significativamente intitulada “O rio Doce de ontem e de hoje”:

O rio Doce, que nos primórdios da colonização constituía o caminho natural dos primeiros desbravadores; que oferecia a esteira marulhante de suas águas para singradura triunfal dos bandeirantes indômitos; que ocultava, na emboscada de suas selvas, perigos sem conta, de guarda, vigilantes, como sentinelas insones velando a defesa de tesouros inacessíveis; que escondia, no mistério insondável de suas nascentes, pedreiras cintilantes onde verdeluziam as esmeraldas preciosas; que era, enfim, motivo de cobiça e sonho de aventura; o rio Doce, senhores, já não possui hoje o mesmo sentido romântico dos antigos feitos heroicos. A roda do progresso abriu-lhe sulco às suas margens, construindo o caminho das locomotivas; a ocupação colonizadora do homem desbravou-lhe as distâncias; o trabalho venceu-lhe a resistência; e a inteligência superou-lhe a foça e consumiu-lhe o encanto. O

homem iniciou, por terra, “a marcha para o oeste”. A técnica descobriu em suas nascentes um tesouro de ferro. Transmudou-se o eixo da conquista para o sentido longitudinal de suas margens, e construíram-se pontes para vadeá-lo. O “grande rio” indomável e hostil foi vencido afinal, e hoje, como presa submissa e dócil, vive uma fase nova de progresso e civilização. (Neves, 2002: 59)

- 41 O tom triunfalista, tipicamente utilizado em momentos como esse, de inauguração pública de uma grande obra, reveste-se aqui com um manto de satisfação. Como acaba por dizer o interventor, a ponte de concreto sobre o rio Doce é para o Espírito Santo um marco do progresso, um signo “que sintetiza a aspiração de uma época; porque delimita um capítulo novo da história contemporânea da região” (Neves, 2002: 60), simbolizando a incorporação de um espaço tido como vazio aos limites das fronteiras demográficas do país. Tratava-se, novamente, de relacionar a realidade regional aos anseios nacionais, pois a nova ponte, ao modificar a organização territorial do norte capixaba, catalisaria não apenas o ressurgimento econômico da região, mas engendraria um movimento “que transfigura a fisionomia de todo o nosso imenso Brasil ao sopro vitalizador do Estado Nacional, sob a égide maravilhosa do gênio de Getúlio Vargas” (Neves, 2002: 60).
- 42 Por fim, é relevante sublinhar que as ações de modificação das condições geográficas experimentadas pelo norte do rio Doce surgiam, nos discursos políticos avaliados, como exemplos da capacidade humana de modificação da natureza. Uma ponte, estrada ou campo de cultivo tornava-se prova do sucesso das ações colonizadoras ancoradas em novas técnicas e parâmetros científicos. Com o auxílio de um Estado centralizador e desenvolvimentista conseguia-se, enfim, superar as armadilhas da natureza e amansar os sertões. Sob a benção do grande líder, extensas áreas do território eram tiradas de seu secular marasmo e integradas aos fluxos modernizantes da economia capitalista em expansão, cumprindo o ideal projetado para a nação desde as bandeiras.

## As expedições científicas do IBGE ao rio Doce capixaba

- 43 A mobilização de forças para a criação de um sistema centralizado de informações estatísticas no Brasil, necessidade básica para a prática do poder estatal, foi decisivamente impulsionada ao desfraldar a década de 1930. A organização do Conselho Nacional de Geografia (CNG) como parte integrada ao IBGE pode ser entendida, em parte, como o cume de um processo de maturação de uma cultura geográfica no país tributário do movimento que levou à aceitação do Brasil aos quadros da União Geográfica Internacional (UGI). Para o que nos interessa mais especificamente, valeria esboçar em tintas mais nítidas a imbricação entre os estudantes do curso de geografia da FNF i e o CNG, destacando, nessa relação, o papel das excursões de campo na consolidação do campo disciplinar. Acompanhando de perto a orientação teórica e metodológica de outros centros de tradição na produção do conhecimento geográfico, com destaque para a França, no Brasil, o trabalho de campo foi alçado à condição de atividade *sine qua non* para a produção do conhecimento geográfico (Salgueiro, 2006). Nesse detalhe, chama a atenção a atuação de nomes como o de Pierre Monbeig, que comandou a cátedra de Geografia Humana da Universidade de São Paulo, entre 1935 e 1945, e Francis Ruellan, que dividiu seus trabalhos entre a orientação científica de técnicos do CNG e a formação de estudantes da FNF i durante sua estadia no país, entre



1940 e 1956. Deve-se ao labor de Ruellan, que intentava criar um espaço de reserva profissional até então inexistente para a carreira de geógrafo no Brasil, a proximidade desenvolvida entre os estudantes de geografia da Universidade do Brasil e o CNG/IBGE.

- 44 Em uma visão retrospectiva, o esmero com uma série de temas considerados de tratamento incontornável em qualquer inquérito de campo digno desse nome, como a colonização, as vias de comunicação, o povoamento, as migrações, os tipos de habitação, o *habitat* e as transmutações das paisagens urbanas e rurais, seguia, em geral, as indicações pedagógicas de Albert Demangeon, que havia escrito um questionário-guia na época em que encabeçava as famosas excursões interuniversitárias que perscrutaram o território da França ao longo das décadas de 1910 e 1920 (Wolf, 2006; 2013). Publicado originalmente nos *Annales de Geographie*, em 1909, esse trabalho inspirou inúmeras monografias regionais, sendo inclusive adaptado para orientar o olhar de pesquisadores iniciantes no campo e largamente utilizado nas recém-mencionadas excursões interuniversitárias (Demangeon, 1909).
- 45 No Brasil, país que no início do século XX contava com uma escassa documentação cartográfica e estatística para servir de base aos estudos sobre o território, enxerga-se a mesma preocupação com a normalização dos procedimentos de pesquisa e dos inquéritos de campo. A título de exemplo, Monbeig publicou, em 1945, dois textos de destacado valor pedagógico no apêndice intitulado “A Excursão Geográfica – Guia do Professor”, primeira publicação da Biblioteca Geográfica Brasileira, do CNG. Seus artigos, “Guia para o estudo monográfico de uma fazenda” e “Questionário para estudo de uma cidade”, completavam o texto principal, “A excursão Geográfica”, redigido por Carlos Delgado de Carvalho alguns anos antes, em 1941, para a Revista Brasileira de Geografia (Carvalho, 1945). Seguindo o mesmo caminho didático-pedagógico postos nestes manuais, Aroldo de Azevedo igualmente redigiu, em 1943, o opúsculo “Monografias Regionais”, que por décadas auxiliou os alunos iniciantes da Universidade de São Paulo em seus trabalhos de pesquisa de campo.
- 46 De todo modo, compreende-se que o IBGE criou um nicho de atuação para geógrafos e demais profissionais que desempenhavam as funções técnicas requeridas por seus Conselhos. Órgão afinado com os interesses do governo federal, principalmente na sistematização das informações de base que poderiam ser utilizadas na elaboração das políticas territoriais demandadas pelas ações governamentais, a estruturação do Instituto veio a garantir aos egressos dos bancos universitários uma opção por um destino profissional mais ou menos estável (Almeida, 2004; Machado, 2009). A condição histórica de o Rio de Janeiro ser a capital fornecia uma proximidade com o centro do poder que, possibilitando uma ligação mais direta entre o Estado e os intelectuais, não pode ser desprezada, já que facilitava o acesso a recursos financeiros para viagens de campo e excursões de pesquisa, ambas fundamentais para o desenvolvimento de um projeto epistemológico mais afeito a um perfil técnico.
- 47 Nessas circunstâncias, há a possibilidade de se interpretar as expedições científicas organizadas pelo CNG como um momento fundamental do processo de formação do profissional geógrafo, mormente se tivermos em conta as muitas vezes em que os alunos da FNFi foram convidados a participar das excursões, o que reforça o caráter pedagógico e de treinamento dos trabalhos de campo. Acompanhando as sendas deixadas por David Livingstone (2003), vê-se que a atividade de campo funcionaria, nesse enquadramento, como um lugar de produção do conhecimento, verdadeiro laboratório de experiências a moldar os indivíduos que seriam considerados



qualificados para desempenhar a tarefa de construção dos saberes científicos do novo campo disciplinar que se afirmava no Brasil.

- 48 Como afirma Claval (2013), entre o final do XIX e meados do XX, a prática do campo adquire um lugar central na mitologia do geógrafo, verdadeiro rito iniciático de passagem para aqueles que desejavam se tornar geógrafos profissionais. Além de cavar um espaço profissional a partir da prática do terreno (Robic, 1996), o trabalho de campo acabou por definir um método próprio para a geografia que então se institucionalizava (Zusman, 2011).
- 49 Fazendo um recorte para as expedições que tiveram o vale do rio Doce como destino, o levantamento feito por Vera Abrantes (2014) mostra que, no ano de 1943, o CNG coordenou 17 expedições que tiveram a região como destino. Desse total, sem sombra de dúvidas, 11 foram efetuadas em Minas Gerais, e outras cinco concentraram-se no trecho capixaba do rio. A dúvida que resta diz respeito à expedição identificada como “Estudos de geomorfologia, climatologia e geografia humana ao vale do rio Doce”, liderada por Francis Ruellan e que contou com a participação de pesquisadores do CNG, de alunos da FNFi e dos biólogos A.G. Lagden Cavalcanti e José Antunes, para a qual não há especificação do trecho percorrido.

**Quadro 1. Expedições do CNG ao rio Doce capixaba (1943)**

Itinerário	Objetivos	Técnico-chefe	Publicação
Vale do Rio Doce – trecho Governador Valadares-Vitória	Estudos de geomorfologia, climatologia e geografia humana	Ma Teresinha de Segadas Viana	BG, v.2, n.20, nov. 1944, p.1182
Vale do Rio Doce – Vitória	Estudos sobre a paisagem capixaba e sobre o Porto de Vitória	José Veríssimo da Costa Pereira	BG, v.2, n.20, nov. 1944, p.1189, p. 1193, p.1198
Vitória, Linhares e Lagoa de Juparanã	Estudos de geomorfologia, climatologia e geografia humana	Regina P. Guimarães Spindola	BG, v.2, n.21, dez. 1944, p.1357
Vale do Rio Doce – Vitória e Cachoeiro do Itapemirim	Estudos de geomorfologia, climatologia e geografia humana	Miguel Alves de Lima	BG, v.2, n.21, dez. 1944, p.1361
Zona Pioneira ao norte do Rio Doce	Reconhecimento geográfico; levantamento de coordenadas geográficas; estudos de geografia humana	Dalmi Rodrigues de Souza	BG, v.5, n.49, abr. 1947, p.80

**FONTE:** Abrantes (2014).

- 50 Através da leitura das fontes primárias citadas pela autora, verificou-se que a expedição conjunta CNG/FNFi liderada por F. Ruellan, cuja referência nos veículos impressos do IBGE, como o Boletim Geográfico (BG) e a Revista Brasileira de Geografia (RBG), antecede as demais, diz respeito ao início do conjunto de viagens ao vale do rio Doce detalhadas posteriormente, e não uma expedição de campo apartada das demais.

Ficaríamos, então, com um total de 16 expedições. Outrossim, ao cotejar essa informação com a coligida em outra fonte da mesma autora, que recentemente mapeou os arquivos de fotografias das expedições geográficas do IBGE, é possível notar um pequeno desencontro, pois a excursão coordenada pelo engenheiro Dalmi Rodrigues foi, sem maiores explicações, retirada da listagem das excursões geográficas efetuadas ao rio Doce capixaba (Abrantes e Leite, 2018):

É comum considerar que os trabalhos de campo foram as principais ferramentas da Geografia no processo de reconhecimento do território brasileiro, mas uma análise mais apurada mostra que os profissionais da Geodésia foram os que encararam o “campo” antes dos geógrafos, sob a condução de Allyrio Hugueney de Mattos, em 1939, na campanha de determinação das coordenadas geográficas das sedes municipais para o censo de 1940. A Geografia inicia suas expedições nos primeiros anos da década de 1940, em função da demanda governamental para o estudo dos processos de ocupação do território via mecanismos de colonização e da macrorregionalização (...). Essa demanda, de certa forma, deu o tom das principais orientações de pesquisa, como os estudos de *habitat* rural, além das novas interpretações dos processos geomorfológicos. (Abrantes e Leite, 2018, p. 14)

- 51 Como visto, há nesse trecho uma diferenciação entre os trabalhos de campo dos profissionais da seção de geodésia e os executados pelos geógrafos, o que permite sugerir uma tipologia mais minuciosa entre as diversas expedições efetuadas pelo IBGE ao longo dos anos de 1940. Seja como for, para dissipar as dúvidas a respeito do número de expedições ao vale do rio Doce, remete-se ao BG de número 49, editado em 1947, onde é possível encontrar um relatório apresentado pelo presidente do IBGE ao presidente da República. José Carlos de Macedo Soares inicia seu relato a Getúlio Vargas com uma explanação das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Geografia no ano de 1943, apontando a organização dos trabalhos de campo como uma das funções básicas do Conselho: “Prosseguindo com o maior vigor em sua obra para o melhor conhecimento do território nacional, o Conselho chamou a si a organização e realização de excursões científicas ao interior, mediante colaboração entre órgãos do seu sistema” (Soares, 1947: 75).
- 52 A certa altura, Macedo Soares separa uma seção do relatório para mencionar as expedições científicas realizadas anualmente ao interior do país “com a finalidade de fornecer elementos cartográficos para a atualização da carta geral” (Soares, 1947: 80). Falando especificamente da expedição feita à região norte do rio Doce, valoriza os resultados obtidos:

Expedição de menor vulto que a primeira [destinada ao Jalapão, em Goiás], mas também com excelentes resultados, foi feita à região ao norte do rio Doce, na parte percorrida pelos rios São Mateus do Sul e São Mateus do Norte. Trata-se também de área relativamente pouco conhecida, para a qual os mapas usuais apresentavam grandes divergências. Confiada à direção do engenheiro Dalmi Rodrigues de Sousa, também dos mais competentes técnicos da campanha de coordenadas empreendidas pelo Conselho, essa expedição cumpriu perfeitamente o programa traçado. Foram percorridos 668km de caminhamentos e determinadas as coordenadas geográficas de 21 pontos, além do levantamento de todos os povoados e vilas visitados. Do mapa que condensou os resultados desse trabalho, resultam grandes correções a fazer nas cartas atuais, no trecho correspondente à zona explorada. Tratando-se de uma região de povoamento recente, em plena “faixa pioneira”, em que o homem vai conquistando terras para a cultura, em luta com densa floresta virgem, muito interessantes foram ainda os estudos sobre Geografia Humana. (Soares, 1947: 81)

- 53 Em outra seção do relatório, o presidente do IBGE comenta as “Tertúlias Geográficas Semanais” organizadas pelo CNG e publicadas em seção separada do BG.<sup>2</sup> Pensadas como verdadeiros seminários, as Tertúlias completavam o treinamento oferecido no campo. Era no momento das apresentações e discussões entre os *tertulianos* que os materiais elaborados durante as pesquisas no terreno eram apreciados. A redação de textos monográficos, a feitura de mapas, croquis e desenhos, a escolha das fotografias, enfim, todas as etapas que se deveriam cumprir para que se construísse um estilo científico de escrita geográfica eram ali avaliadas. Entre os temas debatidos nas tertúlias detalhadas no relatório de Macedo Soares, há uma seção dedicada às “excursões de estudos” em que se pode ler o que segue:

Prestigiando as iniciativas da Faculdade Nacional de Filosofia – de onde tem saído regular número de servidores da Secção de Estudos Geográficos – tem o Conselho preparado com a mesma Faculdade várias excursões conjuntas. Com essa medida visa não apenas estimular os estudos geográficos de campo, mas também observar o trabalho de elementos jovens, passíveis de aproveitamento, depois de formados. Fornecendo técnicos já experimentados, contribui para o melhor adestramento dos principiantes e, cedendo material de estudos, procura cobrir a deficiência verificada no aparelhamento da Faculdade, desejosa de atingir o verdadeiro objetivo de seu curso de Geografia. (...) a excursão do vale do rio Doce realizou-se entre os dias 12 de agosto e 1º de setembro. Promovida pela Faculdade Nacional de Filosofia e pelo Conselho, tal excursão teve por fim exercitar os geógrafos que dela participaram, especialmente os candidatos ao doutorado daquele estabelecimento de ensino superior, na pesquisa de campo, e, ainda, realizar um inquérito regional sobre o vale, dado o interesse econômico e social que este oferece. Como as demais, foi essa última expedição chefiada pelo geógrafo Francis Ruellan (...). O programa organizado pelo referido professor compreendeu as seguintes pesquisas de campo, a cargo de três grupos: 1º.) Geologia, Geomorfologia e Topografia; 2º.) Climatologia, Hidrografia e relações entre esses fenômenos e a vegetação; 3º.) Geografia Humana e Econômica. (Soares, 1947: 85)

- 54 Considerando a localização textual da menção a cada uma das expedições no relatório de Macedo Soares, que constrói seções separadas no texto (“expedições científicas” x “excursões de estudos”), bem como os objetivos expressos, que são diversos, infere-se que, em 1943, além das quatro excursões de estudos efetuadas de modo conjunto com os acadêmicos do curso de geografia e história da FNFi, houve ainda uma expedição científica de reconhecimento e marcação de coordenadas no terreno que, provavelmente, contou apenas com técnicos do CNG. Assim, no quadro síntese aqui construído, optamos por considerar as cinco expedições ao rio Doce que tiveram o Espírito Santo como destino no ano de 1943.
- 55 Entretanto, deve ser feita a ressalva de que a expedição chefiada por Dalmi Rodrigues era provavelmente parte do esforço de produção de material para a elaboração da nova carta geral do país, ou seja, pode ser compreendida como uma expedição de cunho geodésico. Já a excursão de estudos organizada com a associação entre a FNFi e o CNG, chefiada por F. Ruellan, estava voltada, fundamentalmente, ao treinamento de geógrafos recém formados, inserindo-se em um escopo mais amplo, pois não se tratava apenas do impulso de produção de uma nova documentação geográfica sobre o país.
- 56 Como corolário desse entendimento, é possível divisar diferenças nos esforços levados a cabo pelo CNG para organizar pesquisas diretamente no terreno. De um lado, teríamos os trabalhos de campo de cariz mais técnico, voltados para a consecução de objetivos específicos, como a marcação de coordenadas ou a retificação de informações em

aberto na confecção de mapas e cartas. Por outro lado, haveria todo empenho do Conselho em oferecer o treinamento necessário para a formação de profissionais aptos a desenvolverem os serviços especializados que o Estado requeria para as novas funções técnicas criadas. Aqui, a imbricação entre a FNFi e o CNG fica patente, e as expedições de pesquisas, além de produzirem informações de primeira mão, funcionam como autênticas especializações, que completavam a formação de cunho mais pedagógico oferecido pelas licenciaturas:

Problema fundamental, a cuja solução tem dado o Conselho melhor atenção, é o preparo de um corpo de técnicos em sua repartição central, efetivamente capazes e habilitados a empreender pesquisas geográficas de real valor. O maior cuidado tem presidido à admissão dos funcionários do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, desde sua criação. (...) Para as seções técnicas, maiores são certamente as exigências no tocante ao preparo dos seus componentes. Por esse motivo, para a Seção de estudos Geográficos tem havido preferência pela admissão de jovens geógrafos portadores do diploma de licenciado em Geografia e História pelas Faculdades de Filosofia, únicos estabelecimentos onde existe o ensino da Geografia em nível superior. (Soares, 1947: 85)

- 57 Confirma-se tal leitura na primeira referência à expedição, feita na 57ª Tertúlia, realizada a 21 de março de 1944. Apresentando em minúcias o contexto da organização e o itinerário da excursão, realizada entre 12 de agosto e 1 de setembro de 1943, Francis Ruellan reafirma que a excursão havia sido realizada “graças a um entendimento entre o CNG e a FNFi”, tendo dela tomado parte “não principiantes e sim candidatos ao doutorado, gente afeita ao trabalho científico, pelo menos de gabinete”. Após diferenciar o trabalho de campo com fins puramente didáticos, ideal para os iniciantes, daqueles em que os excursionistas, já afeitos à pesquisa, participam ativamente das observações científicas, frisa que a excursão ao rio Doce fazia parte das excursões que “constituem introdução ao trabalho no interior do Brasil”. Idealizada pelo então diretor da FNFi, San Tiago Dantas, “cuja atenção foi atraída pela nova fase de exploração do minério em Minas Gerais”, a excursão visava aprofundar o conhecimento do vale do rio Doce a partir de um de um trabalho “não apenas escolar, e sim, com característica mais elevada de um estudo regional” (Ruellan, 1944: 332).
- 58 Como se vê, o interesse em se estudar a região estava atrelado ao início das operações da CVRD, em 1942, que inaugurava, no Brasil, uma nova etapa da exploração do minério de ferro e do desenvolvimento da indústria metalúrgica. O itinerário projetado, sempre por trem, deveria possibilitar a observação da nova configuração territorial que se desenhava a partir da atividade metalúrgica. Saindo do Rio de Janeiro em direção a Belo Horizonte, a excursão iria até Governador Valadares. De lá, pela EFVM, seguiria até Vitória. Após o reconhecimento geral do porto, embarcaria, sempre por ferrovia, até Linhares. De volta à capital capixaba, rumar-se-ia a Cachoeiro do Itapemirim, e, depois, de volta ao Rio.
- 59 Examinando os relatos havidos sobre o Espírito Santo, é interessante fazer referência à 80ª Tertúlia semanal, realizada em 3 de outubro de 1944, quando Maria Teresinha de Segadas Viana dá continuidade à apresentação do relatório geral da excursão, detalhando o trecho Governador Valadares-Vitória. Mesmo restritas ao vagão do trem, as observações davam conta de perceber o recente processo de valorização do espaço em sua espiral de crescimento. Num estilo que privilegiava as detalhadas descrições da paisagem natural, as informações a respeito do processo de transformação do espaço surgem como detalhes, deixando-se entrever, por exemplo, na descrição do inter-

relacionamento entre a atividade madeireira, a exploração mineral e a expansão da pecuária:

A Cia. Belgo Mineira possui, antes de Traíras, uma grande propriedade, de onde extrai a madeira para seu consumo (...). Existe em Cuité a grande serraria Souza Pinto, que dá trabalho a cerca de 40 pessoas, datando sua prosperidade de cinco anos. Depois de atravessada a ponte metálica sobre o rio Cuité, foi observada, num ângulo formado pelo rio e a via férrea, a fazenda de criação de Antônio Batista (...). Essa zona é célebre pelas jazidas de turmalina e mica aí existentes e, atualmente em exploração, encontrando-se as principais, a 10 km da estação, na serra do Itatiaia e são, talvez, as mais importantes do Brasil. Na estação, via-se grande quantidade de madeira, aguardando transporte, traduzindo a intensa exploração da floresta, na região. (Viana, 1944: 1182)

- 60 Na descrição do trajeto entre Governador Valadares e Vitória, os excursionistas destacam com mais vagar duas cidades: Aimorés-MG e Colatina-ES. Digno de nota é a menção ao Posto Indígena Krenak, quase na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. Reminiscência de uma forma de ocupação do espaço herdada dos antigos centros de atração de indígenas construídos no início do XX, a existência desses Postos em ambas as margens do rio Doce, ainda nos anos 1940, revela a intensa ocupação indígena desse espaço, tido, no mais, como “vazio”. Há de passagem uma tentativa de explicação da gênese de formação da Serra dos Aimorés. Centro da discórdia da disputa fronteira, a questão lindeira entre Minas Gerais e Espírito Santo não é referida, mas será indiretamente retomada:

Trata-se de uma série de pontões freqüentemente agudos, às vezes isolados, outros agrupados em maciços, que se multiplicam, à medida que nos aproximamos da cidade de Aimorés. Essas alturas encontram-se alinhadas, no prolongamento da serra do Mar. O nome de serra é muito mal escolhido, nesta região, situada em ambas as partes do rio Doce, sendo preciso não esquecer que o relevo é muito mais contínuo ao norte e sobretudo ao sul, onde se encontra o maciço do Caparaó (...). É evidente que a dita serra dos Aimorés, atacada dos três lados, encontra-se aí reduzida a alguns núcleos de rocha resistente. Nessa obra de erosão poderosa, prosseguida pela rede do rio Doce, observa-se uma certa orientação dominante dos rios e, sobretudo, lombadas alongadas, deixadas entre seus vales. (Viana, 1944: 1183)

- 61 No geral, o padrão do uso e ocupação do solo permanece similar em toda parte, com as serrarias e a exploração mineral combinando-se com as atividades agropecuárias. A tentativa de fazer coincidir as divisões fisiográficas das paisagens naturais com as formas de ocupação humana parece indicar, igualmente, para o desenvolvimento de uma forma padronizada de observação geográfica do espaço, tal uma técnica especializada que, com a descrição explicativa e a escrita objetiva, formariam as bases para a elaboração dos relatórios dos trabalhos de campo:

Nessa zona entre Crenaque e Resplendor, as serrarias se sucedem, próximas à via férrea, havendo, além disso, pequenas plantações de cana de açúcar e grandes fazendas de gado (...). Nessa zona, encontra-se tudo do ponto de vista agrícola, dominando, porém, o café, nas zonas mais afastadas do rio (...). Observam-se, ainda, numerosas pedreiras em exploração, sendo isso, bem como as numerosas habitações operárias da região, devido à correção da linha Vitória-Minas (...). Após Itaba, o povoamento é muito disperso, mas, pouco depois, casas maios ou menos aglomeradas, boas pastagens e fazendas com cercas revelam uma pecuária evoluída (...). Chega-se, então, a Colatina, onde o rio está somente a 39,5m de altitude, achando-se enquadrado por encostas de declive relativamente forte, mas cortadas por um terraço rochoso, que se segue ao longo de todo o percurso (...). Colatina é uma cidade de grande importância e o município possui grandes fazendas de

criação, dispostas às margens do rio. A região de Colatina é, na viagem Governador Valadares-Vitória, o limite entre a zona do médio rio Doce e a zona de terraços, que irá seguir; constitui também um grande centro comercial, que se desenvolveu, na zona de navegação do baixo rio. Na região até aí percorrida, Aimorés marca o limite da planície do médio rio Doce com a zona tormentada da serra dos Aimorés, constituindo a aglomeração mais importante do percurso, sem dúvida devido à sua situação, numa zona de contato físico, econômico e político (...). Logo após Colatina, a via férrea deixa o vale do rio Doce e dirige-se de norte a sul, para Vitória, seguindo a zona de contato entre os contrafortes da serra dos Aimorés e o platô terciário dessecado. Entra-se então na região de Barbados, pantanosa e coberta de vegetação típica. Existe nessa zona uma grande serraria, que lembra a importância florestal do baixo rio Doce. Atinge-se, assim, uma zona de colonização já antiga, com cafezais abandonados e um grande vale pontilhado de coqueiros indaiá, onde existem habitações dispersas (...). A região percorrida, entre Governador Valadares e Vitória, é uma das mais interessantes, quer física quer humanamente, devido à variedade de regiões atravessadas e à multiplicidade dos tipos de ocupação. A zona do interior caracteriza-se por uma ocupação mais recente, variada e progressista, representada pelas duas grandes concentrações que são Governador Valadares e Aimorés, enquanto que depois de Colatina entramos numa zona de povoamento mais antigo com certas culturas, como a do café, em decadência. Na zona atravessada pela linha férrea, Colatina, no limite entre duas zonas de relevo e ocupação diversos, é o verdadeiro centro de trocas entre a costa e o interior, bem mais que Vitória, que é, antes de tudo, um porto orientado para a cabotagem e o grande comércio internacional. (Viana, 1944: 1183-1184-1185)

- 62 Após o fim da apresentação, abriam-se então os debates com os presentes na Tertúlia. Como de praxe, instigava-se algum participante que porventura tivesse certo conhecimento da região ou assunto tratado para opinar sobre o tema apresentado. Era o caso de Lúcio de Castro Soares. Tomando a palavra para pontuar a respeito do início da colonização do rio Doce, que identificava, pelo lado mineiro, como um refluxo da exploração aurífera provinda de Sabará, Soares asseverava que: “A onda de povoamento contou, porém, com três obstáculos principais: a falta de comunicações, os ataques dos Botocudos e a malária endêmica” (Soares, 1944: 1186). Continuando, corrobora com a imagem de isolamento do norte espírito-santense ao afirmar que:

O contato entre Vitória e o rio Doce só alcançava Linhares, situada no sangradouro da lagoa Juparanã; daí vinham as madeiras de lei (...). A impraticabilidade da navegação matou Linhares e assim surgiu a necessidade da estrada de ferro; Linhares, sede de comarca, com importante porto fluvial, decaiu completamente. A partir do litoral, pela linha férrea, é em Barbados que aparece pela primeira vez o rio Doce; a uma légua adiante surgiu Colatina, que começou a florescer, emitindo raios de povoamento. A estrada continuou rio acima e foi acompanhada pelo café, que se bifurcou em numerosos ramos ao longo do tronco da ferrovia, dando surto às colonizações italiana, alemã e mais recentemente polonesa. Colatina tornou-se, pois, verdadeiro centro pioneiro e daí partiram as levadas de domadores da floresta densa do rio Doce, que Hartt comparou à amazônica. Vários núcleos despontaram: Santa Luzia, na zona litigiosa, fronteira de tensão (...). A madeira de Colatina atravessava o rio em balsas e em 1928, o norte e o sul (as margens do rio) foram ligados por uma ponte de concreto armado de 750m e muito dispendiosa, confirmando assim o desenvolvimento que já se previa para aquela região; ia ser ligada por estrada de ferro até São Mateus, mas esse projeto não foi avante. Mas dela parte uma rodovia que corta o sertão e estende sua influência para o sul, até Santa Joana de Pancas. Colatina manipula com café, madeiras e pedras preciosas, atualmente. (Soares, 1944: 1186)

- 63 Iniciado um debate entre José Veríssimo da Costa Pereira e Lúcio de Castro a respeito da origem de Colatina, que o primeiro entendia como resultante de um encontro entre as



duas correntes de penetração, a vinda de Minas Gerais, ao leste, e a capixaba, ao oeste, chegou-se ao consenso de que o sítio de Colatina foi “escolhido para servir de penetração da floresta, facilitada pelo vale do rio Pancas, bem fronteiro” (Soares, 1944: 1186), ao que completou José Veríssimo: “assim, Colatina surgiu por uma escolha espontânea em parte. Entre Santa Luzia e Guandu houve um verdadeiro vazio, a que corresponde a zona litigiosa” (Pereira, 1944: 1186). Aprofundando o tema, José Veríssimo completa:

Aimorés se estende ao longo da via férrea e é separada do Espírito Santo por um pontilhão. Do ponto de vista da geografia física, a separação de duas unidades físicas de caracteres próprios estaria em Resplendor e as elevações que se seguem ao sul podem ser admitidas como outrora ligadas ao Caparaó. É, pois, provável que Aimorés e Colatina resultaram da ação humana nas circunstâncias físico-geográficas que detiveram as duas penetrações: desnivelamentos impediram os mineiros de um lado e de outro os capixabas, e de um lado e de outro surgiram Aimorés e Colatina. Ressaltou que o assunto devia ser examinado principalmente depois de Resplendor, quanto aos fatores de ordem natural. (Pereira, 1944: 1187)

- 64 Para que possamos compreender o alcance dessas propostas, que a princípio parecem apenas repor a batida e desmentida tese da neutralidade científica da Geografia clássica, é necessário fazer novamente referência, mesmo que rapidamente, à questão de limites entre Minas Gerais e Espírito Santo. A esta altura, 1943, o contestado laudo apresentado pelo SGE ainda não havia sido aprovado pela presidência da República. Por isso, a tentativa de identificar “unidades físicas de caracteres próprios” na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecendo as interseções entre os conjuntos fisiográficos e a ocupação, bem como a proposta de explicação da gênese da serra dos Aimorés, pode revelar traços da disputa por espaços de atuação especializados que o CNG talvez estivesse empreendendo frente aos tradicionais Serviços Geográficos Militares (Pereira, 2010; Senra, 2008). Nesse caso, ganha outro significado trechos como o presente na 84ª Tertúlia, de 07 de novembro de 1944:

No conjunto, a região entre Vitória e o rio Doce é limitada a W pelos contrafortes da serra dos Aimorés, grande escarpamento de bloco falhado dissecado. Num dado momento houve aí grande zona montanhosa que foi levantada, falhada e depois intensamente atacada pela erosão; desta zona, onde a rocha se decompõe facilmente graças ao clima, só restam montanhas-testemunho e formas muito bizarras, por causa a ação erosiva elementar e fluvial. Trata-se de uma região de tal modo dissecada, que muita atenção é necessária para encontrar a continuidade da serra dos Aimorés. (Ruellan, 1944: 1359-1360)

- 65 Ora, a definição de uma continuidade entre o conjunto das diversas montanhas-testemunho que formavam a serra os Aimorés era exatamente o ponto de discórdia desde que se havia definido, ainda em 1905, as “linhas de cumeadas” como base para o estabelecimento da fronteira. Assim, os geógrafos do CNG, e o conhecimento produzido a partir de suas excursões de campo, apresentavam-se como os detentores do saber técnico capaz de solucionar uma delicada questão que, até aquele momento, restava em aberto.

## Considerações Finais

- 66 No geral, a forma como a região norte do Espírito Santo aparece nos relatos não foge muito da estrutura básica antes utilizada por Santos Neves: uma zona de mata, rica em recursos florestais, com uma ocupação esparsa e concentrada em poucas cidades. A



caracterização da região como sertão, e a importância conferida à exploração da madeira, que evidencia um processo de conquista da natureza em plena marcha, não deixa dúvidas a esse respeito. O caráter técnico da descrição, bem como o estilo próprio dos relatos colhidos nas Tertúlias, entretanto, não nos permitem tecer maiores afirmações que permitam aferir a real participação do pensamento geográfico institucionalizado na formulação de políticas territoriais no Espírito Santo. Infelizmente, não localizamos as fontes primárias fundamentais, isto é, os relatórios completos das expedições geográficas, cuja leitura seria fundamental na apuração da hipótese levantada.

- 67 Apesar disso, sabe-se que, entre 1951 e 1955, Santos Neves, que instituiu em sua gestão um Plano de Valorização Econômica, construiu mais de 900 km de estradas, interligando definitivamente o norte e o sul do estado, com destaque para a Rodovia Pedro Nolasco, entre Vitória e Colatina, e para a grande ponte sobre o rio Doce, na cidade de Linhares. Desse modo, é em sua segunda passagem pelo governo que a obra de conquista e integração que vislumbrara ainda nos anos 1940 vai ganhar contornos ainda mais sólidos. Como quer que seja, nos anos 1950 o norte do estado continua a ser concebido como isolado, despovoado e distante, o que confere certo ar de continuidade com o período anterior.
- 68 Ao final, se o objetivo de verificar a participação do acervo de conhecimentos produzidos por essas excursões científicas como base na elaboração de políticas territoriais que foram efetivamente implementadas no estado segue em aberto, carecendo de estudos mais aprofundados, o estudo das expedições do CNG permitiu problematizar o papel do trabalho de campo no processo de padronização da formação do geógrafo profissional num momento chave do processo de institucionalização do campo disciplinar.

---

## BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, Vera (2014). “Era preciso redescobrir o Brasil”. *Terra Brasilis (Nova Série)*, n. 3. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/982>
- Abrantes, Vera; Leite, Fábio (2018). *As expedições geográficas do IBGE: um retrato do Brasil (1941-1968)*. Rio de Janeiro: IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais.
- Achiamé, Fernando (2010). *O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Adas, Sérgio (2007). *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Almeida, Roberto Schmidt de (2000). *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Almeida, Roberto Schmidt de (2004). “O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro”. In: Martins, Roberto de Andrade; Martins, Lilian Al-Chueyr

- Pereira; Silva, Cibelle Celestino; Ferreira, Juliana Mesquista Hidalgo. *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3o Encontro*. Campinas: AFHIC.
- Backheuser, Everardo (1943). "Tertúlias Geográficas". *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 5-8.
- Bittencourt, Gabriel (2006). *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade.
- Cardoso, Luciene Pereira Carris (2009). "O projeto pedagógico da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: o curso superior livre de Geografia (1926-1927)". *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 36. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639653>
- Carvalho, Delgado de (1945). *A Excursão geográfica (guia do professor)*. Rio de Janeiro: CNG.
- Claval, Paul (2013). "O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo". *Confin*, n. 17. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confin.12414>
- Costa, Wanderley Messias da (1988). *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Daré, Raquel (2010). *A "Crise" do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – CCHN/UFES, Vitória.
- Delfosse, Claire (2001) "Emmanuel de Martonne, tisseur de réseaux internationaux de géographes". In: Baudelle, Guy; Ozouf-Marignier, Marie-Vic; Robic, Marie-Claire. *Géographes en pratiques (1870-1945), le terrain, le livre, la cité*. Rennes: Presses Universitaires.
- Demangeon, Albert (1909). "Enquêtes régionales. Type de questionnaire". *Annales de Géographie*, Paris, t. 18, n. 97, pp. 78-81.
- Egler, Walter (1951). "A Zona pioneira ao norte do rio Doce". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, pp. 223-64.
- Faleiros, Rogério Naques (2010). "História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação". *Heera*, v. 5, n. 8. Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Artigo-HEERA-faleiros-aprovado-para-pdf.pdf>
- Geiger, Pedro Pinchas (1951). "Alguns Problemas Geográficos na Região entre Teófilo Otôni (Minas Gerais) e Colatina (Espírito Santo)". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, pp. 403-442.
- Ianni, Octavio (1992). *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense.
- Kohlhepp, Gerd. (2013). "A importância de Leo Waibel para a geografia brasileira e o início das relações científicas entre o Brasil e a Alemanha no campo da geografia". *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 1, n. 2, pp. 29-75. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2013v1n2p029-075>
- Lacoste, Yves (1988). *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas/São Paulo: Papirus.
- Lenharo, Alcir (1986). *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-oeste*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Lima, Nísia Trindade de (1999). *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan.
- Macedo, Fernando César de (2013). *História econômica e organização espacial: o caso capixaba*. Goiânia: Gráfica e Editora América/IHGES.

- Machado, Mônica Sampaio (2009). *A construção da Geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri.
- Maia, João Marcelo Ehlert (2010). “As ideias que fazem o estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central”. *Dados* [online], v. 53, n. 3, pp. 621-655. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582010000300004>
- Moraes, Antonio Carlos Robert (1981). *Geografia, pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec.
- Moraes, Antonio Carlos Robert (1988). *Ideologias Geográficas - Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Moraes, Antonio Carlos Robert (2002). *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume.
- Moraes, Antonio Carlos Robert (2009). *Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume.
- Moraes, Antonio Carlos Robert (2011). *Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume.
- Moraes, Antonio Carlos Robert (2014). “Geografia, interdisciplinaridade e metodologia”. *GEOSP – Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 9-39. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/geosp/article/view/81075/84723>
- Neves, Jones dos Santos (2002). *Com vistas ao futuro - Discursos (1943-1954)*. Vitória: IHGES.
- Nogueira, Carlo Eugênio (2013). *O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo.
- Oliveira, Lúcia Lippi (2000). *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG.
- Pereira, Sergio Luiz Nunes (2003). *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, USP, São Paulo.
- Pereira, Sergio Luiz Nunes (2010). “Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital”. In: Senra, Nelson (org.). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Rio de Janeiro: IBGE, pp. 51-76.
- Robic, Marie-Claire (org.) (1996). *Géographes face au monde*. Paris: L'Hartman.
- Rocha, Haroldo Corrêa; Morandi, Ângela Maria (1991). *Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1955-1985)*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida.
- Salgueiro, Heliana Angotti (org.) (2006). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc.
- Santos, Milton (2002). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- Saviani, Dermeval (2008). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados.
- Senra, Nelson (2008). *História das estatísticas brasileiras*. 4 vol. Rio de Janeiro: IBGE.
- Soares, José Carlos de Macedo (1947). “Relatório do presidente do IBGE-Conselho Nacional de Geografia: referente ao exercício de 1943”. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 49, pp. 75-88.
- Velloso, Mônica Pimenta (1993). “A Brasilidade Verde-Amarela: Nacionalismo e Regionalismo Paulista”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, pp. 89-112. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/277>
- Waibel, Leo (1979). *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: FIBGE.

Wolf, Denis (2006). “Albert Demangeon: un géographe face au monde rural (jusqu’en 1914)”. *Ruralia* (online), n. 18/19, 2006. Disponível em: <http://journal.openedition.org/ruralia/1241>

Wolf, Denis (2013). “La pratique du terrain d’un géographe moderne, Albert Demangeon (1872-1940)”. *Belgeo* (online), n. 2, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.400/belgeo.10791>

Zusman, Perla (2011). “La tradición del trabajo de campo en Geografía”. *Geograficando*, ano 7, n. 7, pp. 15-32. En Memoria Académica. Disponível em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.5089/pr.5089.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.5089/pr.5089.pdf)

## NOTAS

1. Esta pesquisa é parte integrante do projeto “Formação territorial e pensamento geográfico no Espírito Santo – século XX” (8998-2018), desenvolvido junto ao Departamento de Geografia – UFES.

2. As “Tertúlias Geográficas” eram encontros semanais, organizados pelo CNG, nos quais se discutiam coletivamente temas geográficos. Funcionava como um seminário ou grupo de estudos, com a participação de estudantes, professores, técnicos e demais interessados em Geografia. No segundo número do BG, Everardo Backheuser fornece uma explanação detalhada a respeito, elogiando a técnica singular de desenvolvimento dos trabalhos: “Alguém propõe o estudo de um tema, por exemplo, para citar alguns trazidos ao tablado, a correlação entre chuvas e terrenos florestados, o formador principal de um rio, a hipótese de trabalho em geografia, o plano de campanha de uma região pouco conhecida do Brasil. O tema é exposto por quem haja sido designado pelo presidente. É exposto objetivamente em curtas palavras, sem floreios retóricos (...). Nessas discussões tem sido ouvidas palavras de extensa gama de erudição. Desde o rapazola saído apenas dos cueiros acadêmicos até os pioneiros dos picadões da delimitação de fronteiras, desde o professor de tarimba até o “curioso” dos temas geográficos. Cooperação. Esforço comum. Mútuo auxílio na base da lealdade.” (Backheuser, 1943: 8).

---

## RESUMOS

As expedições geográficas organizadas pelo Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (CNG/IBGE) ao vale do rio Doce capixaba ao longo da década de 1940 são o objeto central desse artigo. Priorizou-se, em um primeiro momento, a análise de um conjunto de pronunciamentos de Jones dos Santos Neves (1901-1973), interventor federal que assumiu o governo estadual em 1943, que tratam da região norte do Espírito Santo. O objetivo, aqui, foi apreciar a caracterização feita por Santos Neves sobre o vale do rio Doce, verificando a proximidade das imagens por ele delineadas com algumas das ideologias geográficas difundidas pelo pensamento político-social da época. A partir daí, discorre-se a respeito da importância dos trabalhos de campo no processo de consolidação da Geografia como campo disciplinar, apontando a proximidade entre o CNG e o curso de Geografia e História da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. O texto propõe, em conclusão, uma tipologia das diferentes expedições geográficas organizadas pelo CNG ao Espírito Santo, deixando em aberto a questão da

participação do acervo de conhecimentos produzidos por essas excursões científicas como base na elaboração de políticas territoriais que foram efetivamente implementadas no estado.

Las expediciones geográficas organizadas por el Consejo Geográfico Nacional del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (CNG/IBGE) en el valle del río Doce durante el decenio de 1940 son el objeto central de este artículo. En el primer momento, se dio prioridad al análisis de un grupo de declaraciones de Jones dos Santos Neves (1901-1973), interventor federal que asumió el gobierno estatal en 1943, a respecto de la región septentrional de Espírito Santo. El objetivo fue verificar la proximidad de las imágenes que Santos Neves trazó sobre el valle del río Doce con algunas de las ideologías geográficas difundidas por el pensamiento político y social de la época. Después, hablamos de la importancia del trabajo de campo en el proceso de consolidación la Geografía como un campo disciplinario, señalando la cercanía entre el CNG y el curso de Geografía e Historia de la Universidad de Brasil, en Río de Janeiro. En conclusión, el texto propone una tipología de las diferentes expediciones geográficas organizadas por el CNG a Espírito Santo, dejando abierta la cuestión de la participación del conjunto de conocimientos producidos por esas excursiones científicas como base para elaborar políticas territoriales que se aplicaron efectivamente en el Estado.

The geographic expeditions organized by the National Geography Council of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (CNG/IBGE) to the Espírito Santo stretch of the Doce river valley during the 1940s are the central object of this article. First, we resort to the analysis of some speeches by Jones dos Santos Neves (1901-1973), federal intervener who took over the state government in 1943, to appreciate his characterization of the Doce river valley. The objective is to show the similarities between Santos Neves' descriptions and some geographical ideologies spread at the time by Brazilian social-political thought. Second, we discuss the importance of fieldwork for the consolidation of geography as a disciplinary field, pointing out the proximity between the CNG and the course of geography and history of the University of Brazil, in Rio de Janeiro. In conclusion, the text proposes a typology of the different geographic expeditions organized by the CNG to Espírito Santo, reflecting on the interactions between the knowledge produced by these scientific excursions and the elaboration of territorial policies effectively implemented in the state.

Les expéditions géographiques organisées par le Conseil national de géographie de l'Institut brésilien de géographie et de statistique (CNG/IBGE) dans la vallée de la rivière Doce au cours de la décennie des années 1940 sont l'objet central de cet article. Au premier moment, on a fait l'examen d'un groupe de déclarations de Jones dos Santos Neves (1901-1973), gouverneur qui a pris le pouvoir en 1943, sur la région nord d'Espírito Santo. L'objectif était d'apprécier leur caractérisation de la vallée de la rivière Doce pour vérifier la proximité des images qu'il a esquissées avec certaines idéologies géographiques diffusées par la pensée politique et sociale de l'époque. Ensuite, on analyse l'importance sur la pratique du terrain dans la consolidation du champ disciplinaire de la géographie, soulignant la proximité entre le CNG et le cours de géographie et d'histoire de l'Université du Brésil, à Rio de Janeiro. En conclusion, on propose une typologie des différentes expéditions géographiques organisées par le CNG à Espírito Santo, laissant ouverte la question de la participation du corpus de connaissances produit par ces excursions scientifiques comme base pour l'élaboration de politiques territoriales effectivement mises en œuvre dans l'État.

## ÍNDICE

**Palabras claves:** ideologías geográficas, historia de la geografía, Espírito Santo

**Índice geográfico:** Espírito Santo

**Keywords:** geographic ideologies, history of geography, Espírito Santo

**Palavras-chave:** ideologias geográficas, história da geografia, Espírito Santo

**Mots-clés:** idéologies géographiques, histoire de la géographie, Espírito Santo

**Índice cronológico:** 1943

## AUTOR

**CARLO EUGÊNIO NOGUEIRA**

Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo

Centro de Ciências Humanas e Naturais – Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras Vitória/ES CEP:

29075-910

E-mail: carleugenio@gmail.com